

RESENHAS

MORAIS, Regis de.
Cultura Brasileira e Educação
Papirus, Campinas, 1989

O livro **Cultura Brasileira e Educação**, do Prof. Dr. Regis de Moraes, recentemente editado pela Papirus de Campinas, vem contribuir para os debates sobre a cultura e a educação brasileiras. Ele é indispensável a todo militante da educação. Tem linguagem fluente e precisa; conteúdos claros e academicamente apresentados, numa perspectiva histórica.

Partindo do princípio de que a compreensão, a análise e a crítica da educação brasileira não podem ser dissociadas da história, da cultura e da sociedade, Regis interpreta a problemática educacional numa visão globalizante. Escrever sobre a educação brasileira, sem conhecer o passado histórico-cultural em que a educação se faz sob a égide das desigualdades sociais, apoiando-se em autores que desconhecem a nossa realidade, parece ser uma forma de alienação e de dependência cultural. Daí, o caminho trilhado por Regis ser aquele cuja compreensão não pode estar dissociada da história, da cultura e da sociedade em que se insere esta educação.

O ponto de partida para isso é a busca da convergência entre a etnologia, a sociologia e a história, evoluindo-se para uma reflexão filosófica, sendo que esta deve debruçar-se sobre a reflexão cultural. Não é somente um ponto de partida, mas também, de chegada, na medida em que o autor procura reconstruir historicamente e detectar, em todas as suas nuances, as peculiaridades da cultura e da educação brasileiras. O autor interpreta a evolução da educação na cultura brasileira, observando o ser da cultura e da educação no seu acontecer, numa visão de mundo que "é a forma pela qual o mundo foi percebido e transformado em representações que passaram a reger a dinâmica emocional e a estrutura cognitiva de um povo" (p. 15). A complexidade cultural é muito acentuada, já que vivemos num país com diferenças culturais e com sociedades justapostas, tendo, cada uma, as suas facetas. É necessário um estudo profundo dos processos de aculturação no desenvolvimento étnico de um país plurirracial como o nosso, com uma mistura de raças, com encontros e desencontros culturais que acabaram desenhando um modo particular de ser e de existir. O processo cultural de nossa história é resultado das relações entre o Velho e Novo mundo; entre o elemento indígena e as antigas culturas africanas, sem falar dos imigrantes que aqui se fixaram. Por isso, pergunta Regis: "Afinal, nós brasileiros, quem somos"? Somos herdeiros de nações indígenas de bases lusas, de povos africanos em regime de escravidão e de todos os povos imigrantes. Essa é nossa trajetória. O autor procura acompanhar e analisar esse trajeto histórico da evolução da cultura brasileira, buscando os elementos fundamentais para a história e a filosofia da educação.

Na busca dessas peculiaridades em nossa trajetória, Regis reconhece que nossa cultura está impregnada de estetismo, isto é, "de ser em suas produções espirituais uma manifestação muito mais retórica e ornamental, muito mais mimética do que expressiva de um tônus nacional emergido de nossas singularidades" (p. 32). Além dessa retórica, o Brasil é um país sem identidade cultural, pródigo em imitar os modelos sociais e intelectuais estrangeiros, como, por exemplo, na educação, os movimentos montessorianos, piagetianos, rogerianos, behaviorianos e

outros, cujo resultado é um ecletismo de teorias sem consistência interna, provocando o isolamento e a diluição cultural.

Outro item relevante, no livro de Regis, é sua análise histórica a respeito das interferências no Brasil. O autor começa com o processo de europeização. A civilização européia, na busca de espaços, investiu contra os povos descobertos, conduzindo-os a pensar e a viver de acordo com seus modelos. A educação sofreu as maiores conseqüências. O Brasil-colônia, viveu sob o jugo de Portugal, durante três séculos. Tudo começou com a vinda da Companhia de Jesus que, através da escola possuía o veículo para a transmissão e a circulação das idéias dominantes. De forma prática, isso começou nas escolas de ler e escrever, estendendo-se até os cursos de aperfeiçoamento. Com o monopólio das riquezas, pela coroa; e o da educação, pelos jesuítas, processou-se, no Brasil, a europeização de forma impositiva. Foi trazido para cá um vasto sonho imperialista, com a finalidade de substituir a cultura aqui vigente pela cultura ibérica. A colônia, subjugada pela coroa e pelo ensino alienante dos jesuítas, ficou impedida de caminhar para a sua auto-afirmação cultural. Foi massacrada pelo transplante da cultura ibérica. O autor não se atém somente à influência portuguesa, mas destaca também as significativas contribuições africanas, vindas com os escravos que, vendidos em diversos locais, contribuíram na formação cultural do país.

No terceiro século de colonização, século XVIII, o desenvolvimento da mineração abriu o mercado interno, o comércio, a urbanização, o surgimento de nossa pequena burguesia, que despertaram para a produção e o consumo da cultura. Com a expulsão dos jesuítas, Marquês de Pombal tenta superar a estrutura agrária semifeudal. Começam os contatos dos nossos intelectuais com a França, iniciando a ascendência da cultura francesa sobre a colônia. Agora o europeísmo não é imposto de forma violenta, mas as conquistas francesas são resultado do reconhecimento de um povo. D. João VI, em 1816, trouxe para o Brasil a missão artística francesa. A França iluminista da Revolução Francesa foi um foco de irradiação cultural para o país. Essa influência se fez presente nas constituições de 1824, com o liberalismo monárquico e, na de 1891, com o positivismo, que teve uma forte repercussão em nosso movimento republicano, principalmente com Benjamin Constant, na Escola Militar e na atuação política. Esteve presente em quase todos os setores da vida cultural. Apesar dessas mudanças no final do século XIX, a educação primária contava com poucas escolas, ao passo que o ensino secundário, de caráter propedêutico, atendia a clientela da elite.

O século XX é interpretado por Regis como um século marcado por muitos fatos, conflitos e transformações, a começar pela Primeira Guerra Mundial. Na educação, a Reforma de Francisco Campos tentou definir uma política educacional, estruturando o ensino secundário, comercial e superior, com a criação do Estatuto das universidades; veio o Manifesto dos Pioneiros, redigido por educadores brasileiros que, influenciados por ideólogos estrangeiros, chegaram à conclusão de que o Brasil necessitava de uma nova educação, em oposição à que vinha sendo desenvolvida pela Igreja Católica, com sua pedagogia tradicional. Os pioneiros representavam o escolanovismo, o humanismo moderno, de base cientificista de sociólogos, biopsicólogos e filósofos americanos, como John Dewey e Kilpatrick. É a educação sob o signo do americanismo. Regis aponta, como fato marcante, a Segunda Guerra Mundial. Vieram os empréstimos, o assistencialismo, a Aliança para o Progresso, a invasão de empresas privadas, corporativas e monopolistas, com acordos de garantias celebrados entre os governos. Deu-se uma invasão sócio-cultural encetada pela hegemonia político-econômica, com avançada tecnologia de valores pragmáticos. O sistema educacional foi afetado pela pedagogia tecnicista, a partir de 1960, através dos Acordos MEC-USAID. Esses acordos visaram à internacionalização de valores culturais norte-americanos, personificados num modelo ideal de educação para o Brasil. Instituíram a assistência

e a cooperação financeira para a organização do sistema educacional brasileiro, que deveria ajustar-se ao modelo de desenvolvimento econômico e político do país. Abriram caminhos e ampliaram fronteiras para a penetração e assimilação do capital norte-americano no Brasil. Em menor escala, Regis destaca a interferência de outras grandes potências em nosso país, como o Mercado Comum Europeu e o Japão. Nesse clima de capitalismo transnacional, nossa dependência ficou complicada, tendo, como consequência, uma concentração de renda mais injusta, desemprego e mão-de-obra barata. Sempre invadidos cultural e economicamente, sempre submissos, Regis afirma que corremos o risco da desculturação pela imposição de núcleos culturais mais poderosos, na medida em que os valores culturais não foram assumidos conscientemente; pelo contrário, foram impostos. O caráter do provisório, do improvisado, da imitação; a dificuldade de desenvolver um projeto cultural próprio; de identificar nossas raízes culturais; tudo isto, diz o autor, vai nos introduzindo no caráter estetizante de nossa cultura. Numa cultura de fachada, de submissão, de ornamentação, e não de identificação.

Finalmente, no capítulo VII, um assunto que muito nos toca: a questão da universidade. Tomamos por base o ensaio de Philip G. Altbach. Ele divide as universidades em dois blocos: no primeiro, do mundo altamente industrializado, estão as universidades centrais, reconhecidas como líderes, produtoras do saber e da pesquisa, com maior participação nas verbas, bem equipadas e muito prestigiadas; no segundo, do Terceiro Mundo, estão as universidades periféricas, que copiam os desenvolvimentos estrangeiros, produzindo pouco de original, são dependentes das centrais e constituem a grande maioria. Regis enquadra as universidades brasileiras no bloco das periféricas. O Brasil, com uma recente vida universitária, não possui nenhum modelo que ocupe liderança mundial; pelo contrário, nossas instituições primam pela falta de seriedade científica. As pesquisas deixam a desejar. Não há um projeto autêntico de universidade. Os professores, na grande maioria, mal qualificados e pouco prestigiados. Buscam-se, como modelo de universidade, estilos estrangeiros, principalmente americanos. A reforma universitária de 1968, com a Lei 5.540, é exemplo característico de uma reforma imposta, estruturada nos piores modelos americanos, resultante dos Acordos MEC-USAID. Daí, a razão de o autor defender o caráter estetizante de nossa universidade. No campo da filosofia, predominam os modelos escolásticos, positivistas, pragmatistas, e outros semelhantes. Apesar das nuvens negras que pairam sobre o céu de nossas universidades, nem tudo reflete o negativo. Existem também trabalhos significativos, produzidos por profissionais competentes. É preciso romper com o "status quo" existente, mediante uma ação conjunta, desvencilhando-nos das amarras do modelo muito tecnicista e divisionista da reforma de 1968, com a elaboração de um projeto menos difuso e retórico. Torna-se necessário um compromisso com o meio no qual a universidade está inserida, com responsabilidade social do cientista, do filósofo e de todos aqueles que militam na pesquisa, no ensino e na extensão.

É evidente que a resenha traz o perigo de limitar e simplificar o pensamento do autor. Ficou claro que a indústria cultural do país ajustou-se aos padrões internacionais, em termos de produção. O internacional (europeu e americano) foi o tema que ocupou o espaço nas discussões do professor Regis, sobre a cultura brasileira e a educação. Nossa intenção foi contextualizar o livro, no âmbito dessas discussões. A obra é resultado de uma pesquisa exaustiva, competente, que abre caminhos e pistas para novas interpretações. É absolutamente desnecessário discorrer sobre a relevância da publicação deste livro para a educação brasileira.

Prof. Levino Bertan

Universidade de Londrina
Departamento de Filosofia